

# Brasília a um passo de eleger seu governador

Os brasilienses alegrarão, junto com o presidente da República, seu primeiro governador distrital, vice e uma Câmara Legislativa Distrital (composta por 24 deputados), se o plenário da Constituinte aprovar o relatório do senador José Richa (PMDB-PR), da forma como foi votado na madrugada de ontem, pela Comissão de Organização do Estado.

Até mesmo a questão mais polêmica do anteprojeto do senador — autonomia para o Legislativo e Secretaria de Segurança —, ficou de acordo com a relação do senador José Richa.

A maior vitória conquistada pela comunidade brasiliense, na opinião da maioria da bancada parlamentar de Brasília (formada por três senadores e oito deputados), diz respeito à autonomia do Distrito Federal. "Tudo o mais é acessório, a autonomia é o cerne da questão. E, por ela vamos lutar em plenário", assegurou o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF).

## Conquista

Outra grande conquista que a bancada parlamentar de Brasília pretende garantir tanto na Comissão de Sistematização — para onde o relatório segue até o próximo dia 15 —, quanto no plenário da Constituinte é a que se refere ao aumento do número de deputados



Relatório de Richa passou

distritais, para a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pelo substitutivo do relator, eles eram apenas o dobro dos deputados federais (16 parlamentares). Agora, ficou definido que eles serão o triplo, ou seja, 24 deputados.

"Entre o ideal e o possível, no momento atual, foi aprovado o possível", definiu a deputada

Maria de Lourdes (PFL-DF) a votação do relatório do senador José Richa. Para ela, a princípio, o anteprojeto atendeu aos anseios da população brasiliense, que conquistou sua autonomia política. Maria de Lourdes acredita que se a bancada parlamentar brasiliense souber negociar a autonomia será aprovada no plenário da Constituinte.

O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) disse que não está preocupado com a questão de autonomia da Secretaria de Segurança da maneira como foi definida pelo relatório do senador José Richa, uma vez que ela é definida no artigo 42 do anteprojeto da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. Nele é assegurado o poder do governador sobre a polícia civil.

## Cerco

Todas as entradas do Congresso Nacional, ontem, no horário de votação das oito comissões temáticas da Constituinte estavam rigorosamente vigiadas. Só era permitido acesso ao local aos parlamentares e funcionários. A imprensa teve dificuldade para entrar no recinto, só se aceitando os credenciados. Os guardas vigiavam para não permitir a entrada de partidários da UDR.

## Corpo-a-corpo definirá autonomia

A luta pela autonomia política do DF avançou mais um passo com a votação dos últimos dois dias. Depois da fase de apresentação de emendas na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e na Comissão de organização do Estado, o substitutivo final vai para a Sistematização para depois passar pela prova final no plenário. Com muitas dificuldades e muitas modificações, a autonomia ainda vai depender do trabalho de corpo-a-corpo da bancada do DF e das negociações políticas para ser aprovada na votação do anteprojeto da Constituinte.

As modificações sofridas durante todo este processo tiraram de Brasília uma autonomia ampla, deixando assegurada a princípio somente a representação política a nível local e a eleição do governador do DF por via direta. Mesmo assim, esta representação política passou por mais bocados: uma das maiores discussões na subcomissão e na comissão temática disse respeito à escolha do cargo de prefeito ou de governador para o chefe do Executivo local. Enquanto a bancada do DF se identificava mais com o título de governador, dado o porte do Distrito Federal, surgiram emendas, como a do deputado Rubem Figueiró, propondo a eleição de um prefeito e de uma Câmara Municipal. O próprio relator da comissão temática, senador José Richa, era mais simpático à idéia de ser ter um prefeito no DF.

As pressões de boa parte da bancada foram muitas e o deputado Jofran Frejat colocou uma proposta que acabou sendo incluída no substitutivo: o termo "distrital" anexado aos títulos de governador e deputado. A idéia era manter para Brasília o gover-

nador, já que com senadores e deputados federais eleitos a cidade desejava um governador que tivesse livre trânsito na esfera federal. As atribuições de prefeito poderiam limitar este poder. Os problemas com esta nomenclatura vieram depois: alguns acharam o termo **distrital** pejorativo e outros viram uma possível confusão entre deputado distrital e voto distrital na opinião pública. Muitas emendas foram apresentadas para modificar esta questão.

Além da nomenclatura, outra questão mobilizou a bancada do DF na fase de apresentação de emendas: o mandato do Executivo local. As propostas incluíam um mandato-tampão de dois anos para fazer as eleições coincidirem com as dos outros governadores; um mandato de seis anos, pela mesma razão; e um mandato de quatro anos, sendo todas estas propostas vinculadas à idéia de eleições diretas em novembro do ano que vem. No substitutivo que foi votado ontem, no entanto, a proposta colocada pelo relator José Richa era a de que os mandatos de governador, vice e do Legislativo local coincidiram com o mandato presidencial, o que gerou muita polêmica e muitas emendas.

A discussão sobre o mandato dividiu um pouco a bancada do Distrito Federal no Congresso e após uma reunião chegou-se a um consenso: lutar prioritariamente pela autonomia do DF. Um intenso trabalho de corpo-a-corpo está sendo feito desde então para garantir que o básico da questão passe por todas as fases da Assembléia Nacional Constituinte. Esse **lobby** entre os próprios constituintes, constante em todas as comissões, pretendia assegurar os pontos principais da autonomia e da representação política para o DF, em

troca de apoio nas questões mais importantes de cada estado.

O corpo-a-corpo dos deputados e senadores fez-se presente também na votação das questões "emperradas" e que foram tidas como as mais importantes para o DF. Uma destas nem precisou de muito **lobby**, pois foi corrigida no substitutivo: o número de vagas no Legislativo local. Pelo relatório inicial o DF só seria contemplado com o dobro das vagas da Câmara Federal, mas a bancada do DF conseguiu que a norma fosse a utilizada para os outros estados, ou seja, o triplo das vagas existentes no Legislativo federal.

Outras questões causaram polêmica e foram objeto de emendas dos deputados e senadores do DF e de outros constituintes interessados na autonomia. A vinculação da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros do DF à União foi uma delas, assim como a vinculação do Poder Judiciário local também ao governo federal. A transferência de recursos da União para o DF, prática comum pelo fato de a cidade sediar os poderes e instituições federais, também foi discutida e mereceu a atenção dos parlamentares e a elaboração de emendas.

Permeando a parte política da autonomia, a cidade defrontou-se com a questão econômica. Correntes contrárias a esta autonomia alegaram a dependência financeira de Brasília à União como um empecilho à autonomia política. A resposta da bancada do DF, verbalmente ou através das emendas, foi a de que uma reforma tributária solucionaria em parte o problema e o repasse de dinheiro pela União teria de continuar pois embaixadas e o serviço público em geral oneram os custos de Brasília.

## Aparecido prefere manter silêncio

"Desconheço a totalidade do projeto e por isso não vou falar sem antes me inteirar sobre o assunto", disse ontem o governador José Aparecido ao ser questionado a respeito da aprovação da matéria que estabelece autonomia política e administrativa para o Distrito Federal pela Comissão de Organização do Estado. Além disso, ele afirma que prefere dar declarações sobre o tema após o projeto ir ao plenário da Constituinte.

A comissão estabelece autonomia política, legislativa, administrativa e financeira a Brasília, e delibera por um governador distrital, eleito juntamente com o presidente da República para um mandato igual ao deste. Além disso, determina a criação de uma Câmara Legislativa, com vagas

para três vezes o número de deputados federais, que são hoje em número de oito.

Em seu discurso de posse, no dia 9 de maio de 85, o governador defendeu autonomia política para o Distrito Federal, a exemplo do que fazia o presidente José Sarney. Apesar de continuar defendendo a tese, o governador José Aparecido tem falado pouco sobre a questão ultimamente, já que as vozes do Palácio do Planalto também se calaram.

Ontem à noite, após assinar a autorização de aumento das tarifas de água e esgoto de Brasília e receber em seu gabinete empresários dos transportes coletivos, o governador José Aparecido foi para a sua residência oficial, na Granja de Águas Claras para um

jantar com os convidados Ulysses Guimarães, os ministros Rafael de Almeida Magalhães e Roberto Simon. Assunto do jantar foi o plano Bresser, lançado algumas horas antes em cadeia de rádio e televisão. Segundo o governador "Ulysses estava preocupado, mas otimista".

Para José Aparecido, a medida tomada pelo Palácio do Planalto é de "histórica responsabilidade e de imediata repercussão na atualidade brasileira". Ao seu ver, "do jeito que estava não poderia ficar". Por fim disse que dentro das médias anunciadas houve a "grata decisão do governo eliminar o subsídio do trigo, que vai ter uma repercussão em favor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em Brasília.